



## A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS

**ESLABÃO, Leomar da Costa<sup>1</sup>; GARCIA, Maria Manuela Alves<sup>2</sup>.**

<sup>1</sup> *Doutorando em Educação – PPGE/UFPEL – el.eslabao@gmail.com*

<sup>2</sup> *Depto de Ensino – FAE/UFPEL - garciamariamanela@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Os estudos referentes às políticas curriculares e à organização curricular têm tido destaque no Brasil nas últimas décadas devido ao processo de alteração pelo qual vêm passando os diversos níveis do sistema educacional brasileiro educacionais brasileiros, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Porém, tais estudos, em sua maioria, não privilegiam uma abordagem que focalize a significação em contextos locais local das políticas oficiais e as negociações que ocorrem em torno da implementação destas.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa<sup>1</sup> teve como base os estudos desenvolvidos no campo das reestruturações educacionais, do currículo e das identidades no mundo contemporâneo, valendo-se das contribuições e problematizações que os Estudos Culturais e os Estudos Pós-estruturalistas vêm trazendo especialmente para a compreensão do currículo e para a análise das políticas curriculares.

Diante disto teve-se por tema, nesta pesquisa, a elaboração curricular levada a efeito no Curso Técnico em Sistema de Telecomunicações, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), no município de Pelotas.

Tendo como foco a elaboração da política curricular oficial [Decreto 2.208/97] no contexto desse curso e dessa instituição, visou-se avaliar como essa política curricular foi contextualizada e significada a partir do grupo de atores locais que elaboraram e implementaram o currículo do referido curso técnico profissional. Foram objeto de problematização, mais especificamente, as disputas e negociações dos atores locais na elaboração e implementação da política oficial no referido curso, o tipo de currículo resultante desse processo, os fatores que interferiram na efetivação do currículo da pedagogia das competências e o processo de participação dos diferentes agentes no processo de elaboração dos currículos escritos.

---

<sup>1</sup> ESLABÃO, Leomar da Costa. **A construção de um currículo por competências: o caso do Curso Técnico em Sistemas de Telecomunicações do CEFET – RS.** Pelotas – RS, 2006. 227 p. Dissertação (Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas).

Este estudo não visou gerar uma análise de valor referente ao novo currículo por competências. Visou-se sim problematizar o processo de elaboração e implantação de uma reestruturação curricular para, quem sabe, contribuir para o entendimento de como as políticas curriculares oficiais são construídas, negociadas, e ressignificadas em contextos locais, pois pouco se sabe sobre esses processos como a própria literatura tem destacado (OLIVEIRA e DESTRO (2005), DESTRO (2005), LOPES (2001, 2002, 2005a e 2005b)).

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Para atingir os objetivos da pesquisa realizou-se uma investigação de inspiração qualitativa através de estudo de caso que focalizou o processo de construção curricular do Curso Técnico em Sistemas de Telecomunicações do CEFET-RS.

A escolha do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) como local de pesquisa baseou-se no fato desta ser uma instituição com longa tradição voltada ao ensino profissionalizante e que adotou a utilização do modelo da pedagogia das competências como orientador do seu projeto pedagógico e estruturador dos currículos de seus cursos técnicos profissionalizantes de nível técnico, compelida pelo Decreto 2.208/97. A opção pelo curso específico foi uma tentativa de aprofundamento da pesquisa de Eslabão (2002) na qual surgiram evidências da existência de disputas de representação na construção curricular.

A seleção dos sujeitos da pesquisa buscou contemplar as diversas posições de poder existentes dentro da escola e do curso em foco: direção, coordenadores dos módulos, professores que participaram ou não da elaboração do currículo escrito, professores substitutos, alunos formandos. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, gravadas em áudio ou vídeo, buscando as representações (as opiniões e os significados) que os diferentes sujeitos atribuíram ao modelo de educação por competências e a sua elaboração curricular. Em termos numéricos as transcrições das gravações totalizaram 360 páginas de dados.

A análise dos dados foi baseada em análise de conteúdo. A unidade de registro utilizada foi o tema referente a um determinado assunto. Com isso o texto das transcrições foi recortado em idéias constituintes e seus enunciados, os quais eram portadores de significações isoláveis. Dessa forma buscamos captar os núcleos de sentido contidos nas falas dos sujeitos.

A análise documental referente à implantação da reestruturação curricular do referido curso foi outra técnica utilizada para alcançarmos os objetivos da pesquisa.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Observamos que o currículo é o resultado de um processo de disputas e negociações, traz em si as marcas das resistências e das relações de poder que definem, entre outras coisas, o que efetivamente é possível fazer e o conteúdo e a forma do próprio currículo. As relações de poder foram analisadas a partir de uma perspectiva foucaultiana, admitindo-se que apesar das assimetrias todos estamos, nas condições de exercer poder ou de sofrer seus efeitos, dependendo da situação e do momento. As relações de poder constituem-se enquanto “um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 1995, p.240). Com isso o poder é significado como sendo exercido por “uns” sobre os “outros”, e sua existência baseia-se na ação, embora que o poder esteja inscrito dentro de um

campo de possibilidades esparsas apoiado em estruturas permanentes. Dessa forma as relações de poder não representam a manifestação de um consenso.

Abordar o poder através da sua constituição, privilegiando uma análise do “como” ele opera, significa superar o entendimento da existência de um poder fundamental, dando ênfase às relações que se formam baseadas na diversidade de posições de sujeitos diferentes. Uma relação de poder vista nesta perspectiva constitui-se enquanto um modo de ação que não age diretamente sobre os outros, mas sim sobre as suas ações. O currículo de certo modo representa um campo em torno do qual diversos sujeitos buscam definir a ação dos demais sujeitos.

O currículo por competências pode ser entendido como um híbrido que abriga uma mescla de diferentes teorias, verificamos que no caso aqui estudado, referente à educação profissional, a política curricular oficial não substituiu o arcabouço do modelo curricular tradicional disciplinar vigente no curso e na instituição estudada, incorporando a este a seleção dos conhecimentos baseada em perfis de conclusão que fossem comportamentos observáveis e mensuráveis, valorizados pelo mundo do trabalho, conforme preconizava a legislação oficial.

Como argumenta Lopes (2005a, 2005b) podemos entender que as mesclas entre currículo por competências e disciplinar são exemplos de construções híbridas, as quais não podem ser entendidas pelo princípio da contradição. A hibridação é um conceito que vem para a área do currículo a partir do sociólogo e antropólogo da cultura Néstor García Canclini e é um processo que pesquisadores como Lopes (2005a, 2005b), Dias (2002), Ball (2001) entre outros têm defendido como apropriado para representar as mesclas existentes entre campos teóricos e práticos diferentes.

O conceito de hibridação defendido por Canclini (s.d.) está relacionado a processos sócio-culturais, nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de formas separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.

A hibridação, como argumenta Canclini (s.d.), ocorre de modo não planejado e é o resultado imprevisto de uma série de processos culturais. De modo análogo, utilizamos esse conceito para pensarmos os processos de elaboração curricular. A hibridação é fruto da criatividade particular e coletiva que busca reconverter algo que é tido como um patrimônio (como por exemplo os currículos tradicionais) para reinseri-los em novas condições de produção e mercado.

#### **4. CONCLUSÕES**

O estudo desenvolvido com esta pesquisa buscou evidenciar que o currículo escrito nada mais é do que uma das representações provisórias possíveis de um processo de disputa acerca do conhecimento válido a ser transmitido às gerações futuras, construídas mediante relações de poder.

No contexto em que a pesquisa foi realizada constatou-se que a política curricular é de fato construída por relações de poder que se exercem em rede, articulando diferentes focos de poder que se apóiam uns nos outros, uma vez que o poder não pode ser compreendido como propriedade de um único sujeito ou instituição, assim como argumenta Foucault (1995). Portanto, a seleção de conteúdos de um currículo não se apresenta de uma forma neutra e os interesses representados no currículo nem sempre são os interesses da maioria, mas sim daqueles que, na correlação de forças de um dado momento, conseguem ter representadas as suas concepções e projetos educacionais.

As tentativas de significação da política curricular oficial e a ressignificação local do currículo e as disputas que ocorreram em torno deste, deram-se em grande

parte através dos discursos. Por um lado, o governo tentava construir a educação profissional como um nível educacional desajustado às necessidades do mercado e, por isso, carente de alterações. Por outro lado, os atores locais tentavam defender um modelo tradicional que garantisse a manutenção de um projeto educacional já consolidado, que manteria inalteradas as posições de poder, os direitos e regalias conquistados ao longo de sua existência, mantendo as disciplinas como orientadoras dos conhecimentos e delimitadoras dos campos de ação dos docentes.

Os aparatos da legislação oficial não conseguiram efetivar a nível local o conceito de competência como ordenador da organização curricular do curso estudado. Esta se baseou na tradição disciplinar para a definição dos conteúdos e tempos educacionais, sendo em alguns aspectos limitada pela estrutura curricular definida pela legislação oficial, dando um caráter híbrido ao currículo do caso em estudo.

Esta noção de hibridismo ilustra a mescla das diferentes orientações que acabaram sendo representadas no currículo e configuraram o currículo como palco de disputas e produto de relações de poder.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org> Avaliado em 21 jan. 2006.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Noticias recientes sobre la hibridación**. s.d. Disponível em <http://acd.ufrj.br/pacc/artelatina/nestor.html> Avaliado em 22 jan. 2006

DESTRO, Denise de Souza. **O Contexto da Prática Subsidiando o Contexto de Produção do Texto Político**: diferentes usos e leituras dos envolvidos no processo. 2005. Disponível em <http://www.anped.org.br/28/textos/gt12/gt121123int.rtf> Avaliado em 25 out. 2005.

DIAS, Rosanne Evangelista. **Competências - um conceito recontextualizado no currículo para a formação de professores no Brasil**. Rio de Janeiro, 2002. (Dissertação de Mestrado)

ESLABÃO, Leomar da Costa. **A competência na reforma da Educação profissional**: um estudo de caso. Pelotas: UCPEL, 2002. (Dissertação de Mestrado)

\_\_\_\_\_. **A construção de um currículo por competências: o caso do Curso Técnico em Sistemas de Telecomunicações do CEFET – RS**. Pelotas – RS, 2006. 227 p. Dissertação (Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas)

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.

LOPES, Alice Casimiro. Competências na organização da reforma do ensino médio. **Boletim Técnico do Senac**. Volume 27 - número 3 - setembro/dezembro 2001. Disponível em <http://www.senac.br/informativo/BTS/273/boltec273a.htm> Avaliado em 28/10/2005

LOPES, Alice Casimiro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e a Submissão ao Mundo Produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação e Sociedade**. vol.23, n.80, setembro/2002, p 386-400. 2002. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Avaliado em 21 jan. 2006.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras**, v.5, n.2, pp.50-64, Jul/Dez 2005. 2005a. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org> Avaliado em 21 jan. 2006.

LOPES, Alice Casimiro. **Tensões entre recontextualização e hibridismo nas políticas de currículo**. 2005b. Disponível em <http://www.anped.org.br/28/textos/gt12/gt12201int.rtf> Avaliado em 25 out. 2005.

OLIVEIRA, Ozerina Vítor; DESTRO, Denise de Souza. Política Curricular como Política Cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**. n.28, Jan /Fev /Mar /Abr 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a12n28.pdf> Avaliado em 15 ago 2005